

# REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO OCUPAÇÃO PERIFERIA NO CENTRO: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E USO POPULAR - PORTO ALEGRE/RS

**AUTORES**  
 Alana Vitalis<sup>1</sup>  
 Nathalie Hanna Sette<sup>2</sup>  
 Nathalia Gomes<sup>3</sup>  
 (nathalia.pgomes@ulbra.br)  
 Universidade Luterana do Brasil/ULBRA)

A arquitetura como ferramenta de cuidado, inclusão e resistência: Um projeto realizado na disciplina de Ateliê VII, direcionado ao tema de Habitação Social, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Ulbra.

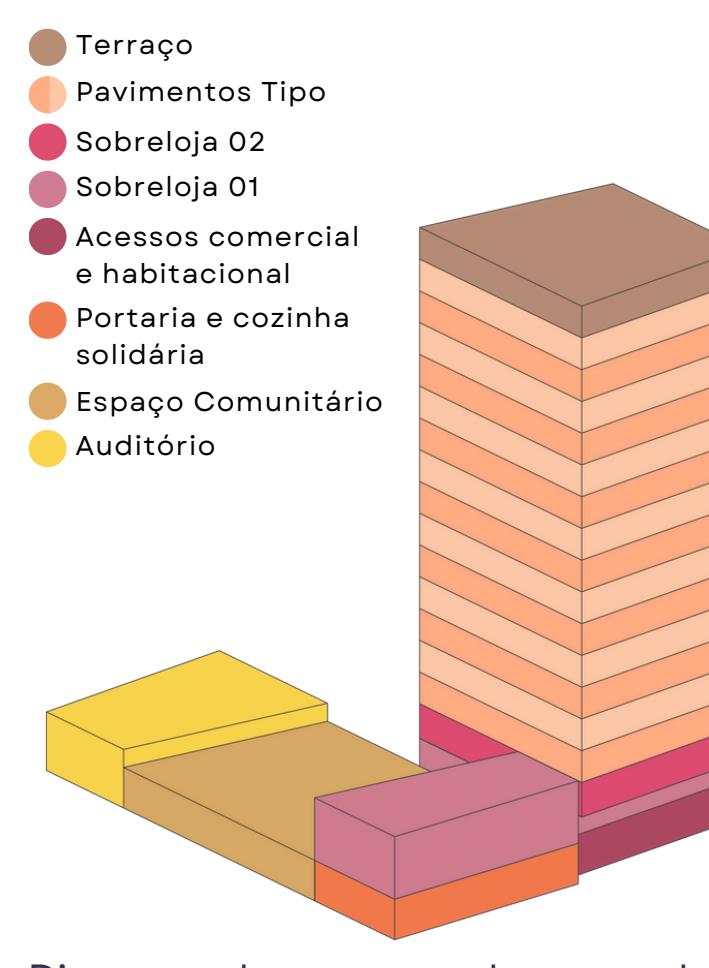
Escaneie o **QR Code** para visualizar a apresentação completa do anteprojeto de requalificação do Edifício Ocupação Periferia no Centro, em Porto Alegre/RS.

## 1 Introdução

O projeto propõe a Requalificação do Edifício Ocupação Periferia no Centro, situado na área central de Porto Alegre e atualmente ocupado pelo movimento Periferia no Centro. A intervenção parte da análise do contexto urbano, identificando a necessidade de integrar o edifício à dinâmica social da cidade e garantir o direito à moradia digna. O estudo aborda o papel da arquitetura na promoção da vida coletiva, autonomia popular e valorização das práticas comunitárias existentes. A proposta mantém a estrutura original e introduz usos sociais, educativos e de saúde, além de espaços de convivência, geração de renda e bem-estar. Assim, o edifício deixa de ser apenas abrigo físico e se transforma em equipamento urbano ativo, representando a resistência e fortalecimento da comunidade na luta pelo espaço na cidade.

## 3 Metodologia

A metodologia para desenvolvimento do anteprojeto foi estruturada em quatro etapas: (1) **análise do contexto urbano**, que incluiu estudo do entorno, mapeamento de vias, mobilidade, equipamentos urbanos e ocupações próximas; (2) **visita em campo** para diagnóstico arquitetônico do edifício existente, com levantamento fotográfico e roda de conversa com moradores, o que possibilitou uma observação direta das condições de moradia e habitabilidade atuais; (3) **organograma** da intenção de usos, com a redistribuição programática dos pavimentos em um diagrama de zoneamento; (4) definição do **programa de necessidades** adotado de acordo com o programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades e necessidades dos moradores conforme levantado nos itens 1 e 2. A partir destas etapas foi possível iniciar a modelagem do edifício e o desenvolvimento do projeto.



## 5 Resultados

O projeto final propôs a redistribuição programática dos pavimentos, organizando o térreo como espaço de uso comunitário, geração de renda, cozinha solidária e auditório; as sobrelojas com serviços de educação, saúde e áreas comuns; os pavimentos tipo destinados à habitação social; e o terraço como área de convivência e eventos. No auditório foi proposto uma construção sustentável, com telhado verde, placas de energia solar e cisterna para captação e reutilização de água da chuva.

**Unidades Habitacionais:** 14 pavimentos destinados a moradia, com 6 unidades cada, sendo uma adaptada, totalizando 84 UH e capacidade máxima de 322 pessoas.

**Espaço Conforto:** ambiente especialmente projetado para promover bem-estar sensorial, segurança emocional e regulação comportamental, sendo extremamente eficaz para pessoas no espectro autista. Foi desenvolvido com cores suaves e análise luminotécnica, um ambiente sensorial e interativo para desenvolvimento cognitivo e acolhimento pós-estresse, com isolamento acústico e som ambiente.



Imagens: Auditório com simulação de evento no espaço multiuso e ambientação do espaço conforto



Imagens: Planta baixa das unidades habitacionais e implantação geral.

## 6 Conclusões

A requalificação do edifício representa um exemplo de arquitetura social comprometida com a inclusão e a sustentabilidade. O projeto demonstra que é possível aliar moradia, serviços e espaços coletivos em uma mesma estrutura, promovendo a autonomia e o protagonismo popular. A proposta reafirma o valor das ocupações urbanas como formas legítimas de resistência e de produção de cidade, destacando o papel da arquitetura na valorização da vida coletiva e na transformação de edifícios ociosos em espaços vivos e produtivos. A iniciativa reforça o entendimento de que o planejamento urbano pode — e deve — ser uma ferramenta de justiça social, integração e dignidade.

## 7 Referências

- BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria MCID nº 725, de 15 de junho de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2023. Anexo III, Tabela 1.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria MCID nº 861, de 04 de julho de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 2023.
- ABNT. Iluminação de ambientes de trabalho — Parte 1: Interior. NBR ISO/CIE 8995-1:2013. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.
- ABNT. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9050:2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- PORTO ALEGRE (Município). Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada. PPDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010.